



**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 2/2020, em que é recorrente **Pedro Heleno Carvalho Vaz** e entidade recorrida o **Supremo Tribunal de Justiça**.

# **TRIBUNAL CONSTITUCIONAL**

## **ACÓRDÃO N.º 6/2020**

### **I. Relatório**

1. **Pedro Heleno Carvalho Vaz**, com os demais sinais de identificação nos autos, inconformado com Acórdão n.º 81/2019, de 30 de dezembro de 2019, proferido pelo Venerando Supremo Tribunal de Justiça, que indeferiu o seu pedido de *habeas corpus*, veio nos termos do artigo 20.º, n.º 1, alíneas a) e b) da Constituição da República de Cabo Verde (CRCV) e da Lei n.º 109/IV/94, de 24 de outubro (Lei do Amparo), interpor recurso de amparo constitucional, requerendo ainda a adoção de medidas provisórias, nos termos dos artigos 11.º e 14.º da Lei do Amparo, alegando, no essencial, que:

1.1. O recorrente foi detido no dia 13 de abril de 2018 e na sequência do primeiro interrogatório foi-lhe decretada a prisão preventiva como medida de coação, por haver fortes indícios da prática de crime de homicídio e detenção ilegal de arma de fogo.

1.2. Foi julgado e condenado na pena de 11 anos de prisão resultante do cúmulo jurídico pela autoria material de um crime de homicídio simples, p. p. pelo art.º 121º do Código Penal (CP) e um crime de detenção de arma de fogo, p. p. pelo art.º 90º, al. a) da Lei n.º 31/VIII/2013, de 22 de maio (Lei das Armas).

1.3. Não se conformando com a decisão a que se refere o parágrafo anterior, recorreu para o Tribunal da Relação de Sotavento, que confirmou a condenação que lhe tinha sido imposta pela sentença recorrida.

1.4. No dia 18 de dezembro de 2019, pelas 12h e 30 minutos, foi conduzido ao Tribunal da Comarca da Praia onde lhe foi pedido que assinasse o mandado de notificação do acórdão

do Tribunal da Relação, e, por não lhe ter sido dada informação sobre o documento que deveria assinar com urgência, não o fez.

1.5. Na manhã do dia 18 de dezembro de 2019, pelas 10h e 30 minutos, teria dado entrada, na secretaria do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), uma providência de *habeas corpus*, com fundamento em prisão ilegal, por considerar que se encontrava preso preventivamente há mais de vinte meses sem que tenha sido notificado da decisão do seu recurso.

1.6. Contudo, nesse dia, o seu mandatário teria sido aconselhado por funcionário judicial do Supremo Tribunal de Justiça a proceder à identificação do Tribunal recorrido, sob pena de o pedido de *habeas corpus* ser indeferido e, que, confiando na boa fé do referido funcionário, o seu advogado levantou a petição que tinha dado entrada momentos antes, a fim de introduzir a identificação do Tribunal recorrido.

1.7. Segundo o recorrente, mais tarde veio a saber que assim que o seu advogado recolheu o requerimento, a partir da Secretaria do Supremo Tribunal de Justiça pediu-se ao Tribunal da Relação de Sotavento que notificasse o recorrente do Acórdão proferido no âmbito do recurso que ele tinha interposto.

1.8. Para o impugnante, a falta de notificação da decisão do recurso, que deveria ter acontecido até ao dia 13 de dezembro de 2019, contraria o disposto no artigo 279.º, n.º 1, al. d) do CPP, conjugado com as normas dos n.ºs 1 e 2 do artigo 142.º do CPP, e, consequentemente, constitui violação ao direito a um processo justo e equitativo, o direito ao contraditório, à ampla defesa, ao recurso e à presunção de inocência, consagrados nos artigos 35.º, n.ºs 1, 6 e 7 da CRCV, sendo tal omissão geradora de nulidade insanável nos termos do art.º 151º, al. d) e h) do CPP.

1.9. Por entender que a tentativa de notificação ocorreu depois de ter expirado o prazo máximo de prisão preventiva na fase do recurso pendente num Tribunal de Segunda Instância, e, porque a manutenção em prisão preventiva não tinha base legal, impetrou a providência de *habeas corpus* n.º 80/19, a qual foi indeferida pelo Acórdão nº 81/2019, de 30 de dezembro.

1.10. Inconformado com a decisão a que se refere o parágrafo anterior que violou os seus direitos à liberdade sobre o corpo, a garantia da presunção de inocência e o direito a um

processo justo e equitativo, previstos nos artigos 29.º, 30.º, 31.º, 35.º e 22.º, todos da CRCV, veio apresentar o presente recurso de amparo.

1.11. Requereu ainda a adoção de medida provisória, pedido esse que será analisado mais adiante.

1.12. Termina o seu arrazoadado, formulando, no essencial, os seguintes pedidos:

*“a) Seja julgado procedente o presente amparo e, conseqüentemente, seja revogado o Acórdão n.º 81/2019 do STJ, com as legais conseqüências;*

*b) Seja decretada medida provisória, restituindo o recorrente à liberdade sobre o corpo;*

*c) Seja decidido sobre a violação de direitos fundamentais, concretamente, o direito de liberdade, contraditório, e ampla defesa, direito ao recurso, direito a processo justo e equitativo e presunção de inocência, nos termos dos artigos 29.º, 30.º, n.º 1, 35.º, n.º 1 e 6 e 7 da CRCV, conjugados com os artigos 1.º, 2.º, 3.º, 5.º e 142, n.ºs 1 e 2 do CPP.”*

2. Cumprindo o estabelecido no artigo 12º da Lei do Amparo, foram os autos com vista ao Ministério Público para emitir parecer sobre a admissibilidade do recurso. Sua Excelência o Senhor Procurador-Geral da República emitiu douto parecer constante de fls. 22 a 25 dos presentes autos, tendo feito as seguintes considerações:

*“Da análise dos elementos constantes dos autos, afigura-se que nada obsta à admissão do recurso, porquanto o recorrente tem legitimidade e está em tempo, indica o direito fundamental que entende ter sido violado e não reparado apesar do pedido ao STJ em providência de habeas corpus, pelo que esgotou todas as vias de recurso ordinário permitidas na lei do processo.*

*Assim, afigura-se que estão preenchidos os pressupostos exigíveis para a admissão do presente recurso de amparo constitucional ao abrigo do artigo 3º da lei do amparo*

## *II – Da medida provisória*

*7. Ainda que seja admitido o recurso de amparo, como é sentido deste parecer, não se afigura imprescindível adoção urgente de medida provisória, como aliás, parece ter sido*

*a opção do Presidente do Tribunal, ao determinar a Vista ao Ministério Público nos termos do artigo 12º da Lei do Amparo”.*

3. É, pois, chegado o momento de apreciar e decidir da admissibilidade do recurso nos termos do artigo 13.º da Lei do Amparo.

## **II - Fundamentação**

1. Nos termos do n.º 1 do artigo 20.º da CRCV, sob a epígrafe tutela dos direitos, liberdades e garantias:

*“A todos os indivíduos é reconhecido o direito de requerer ao Tribunal Constitucional, através de recurso de amparo, a tutela dos seus direitos, liberdades e garantias fundamentais, constitucionalmente reconhecidos, nos termos da lei e com observância do disposto nas alíneas seguintes:*

*a) O recurso de amparo pode ser interposto contra actos ou omissões dos poderes públicos lesivos dos direitos, liberdades e garantias fundamentais, depois de esgotadas todas as vias de recurso ordinário;*

*b) O recurso de amparo pode ser requerido em simples petição, tem carácter urgente e o seu processamento deve ser baseado no princípio da sumariedade.”*

A garantia constitucional do recurso de amparo constitui uma das inovações que a Constituição cabo-verdiana de 1992 trouxe para a ordem jurídica nacional. Trata-se, por conseguinte, de um dos meios privilegiados de acesso dos particulares ao Tribunal Constitucional para a defesa dos direitos, liberdades, e garantias constitucionalmente reconhecidos como objeto de amparo.

Acompanha-se a análise de Manuel Carrasco Durán, citado por Catarina Santos Botelho na obra intitulada a Tutela Direta dos Direitos Fundamentais, Avanços e Recuos na Dinâmica Garantística das Justiças Constitucional, Administrativa e Internacional, Almedina, 2010, p. 217, quando diz que o recurso de amparo apresenta-se como um instrumento jurisdicional vocacionado para a proteção de determinados direitos fundamentais, cujo conhecimento se atribui ao Tribunal Constitucional, e que se caracteriza pelos princípios da subsidiariedade e excepcionalidade.

O carácter subsidiário do recurso de amparo resulta da Constituição e da configuração da Lei do Amparo, ao estabelecerem o esgotamento prévio das vias de recurso ordinário como um dos pressupostos do recurso de amparo.

O recurso de amparo está destinado unicamente à proteção de direitos fundamentais, pelo que está vedado ao Tribunal Constitucional conhecer de questões de legalidade ordinária conexas, como se depreende do teor literal do n.º 3 do art.º 2.º da Lei do Amparo.

Pois, no recurso de amparo não pode ser feito valer outra pretensão que não seja a de restabelecer ou de preservar os direitos, liberdades e garantias constitucionais referidos nos artigos anteriores.

A natureza excecional do recurso de amparo implica que a violação do direito ou liberdade fundamental não tenha encontrado reparação através do sistema de garantias normais, exigindo-se, por isso, que haja recurso prévio aos tribunais ordinários e o esgotamento dos recursos adequados.

Por conseguinte, associada à excecionalidade está a denominada subsidiariedade do recurso de amparo, que espelha com clareza o facto de este não ser uma via alternativa, mas uma via sucessiva, de proteção de direitos fundamentais.

Antes de identificar e analisar os pressupostos e os requisitos do recurso de amparo e aferir se no caso vertente se verificam, importa consignar que o seu objeto não se identifica com qualquer ato de natureza legislativa ou normativa, como resulta expressamente do n.º 2 do artigo 2.º da Lei do Amparo.

2. Tratando-se de um recurso de amparo contra uma decisão do Supremo Tribunal de Justiça, importa verificar se existe alguma razão que possa impedir a sua admissão, atento o disposto no artigo 16.º da Lei do Amparo.

O recurso não será admitido quando:

a) *Tenha sido interposto fora do prazo;*

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 5º da Lei do Amparo “*o recurso de amparo Constitucional é interposto no prazo de vinte dias contados da data da notificação da decisão, sempre que a questão seja suscitada em processo que corra termos nos tribunais*”.

No caso em apreço não se sabe ao certo em que data o Acórdão nº 81/2019, de 30 de dezembro foi notificado ao ora recorrente, podendo, no entanto, tomar-se como termo *a quo* para se aferir da tempestividade deste recurso a data em que o aresto impugnado foi prolatado.

Tendo sido proferido em 30 de dezembro de 2019 e o presente recurso de amparo apresentado na secretaria do Tribunal Constitucional no dia 06 de janeiro de 2020, conclui que, independentemente da data em que tenha sido notificado, cumpriu-se o prazo estabelecido no artigo 5º da Lei do Amparo, atento o disposto no n.º 1 do artigo 5.º da Lei do Amparo, conjugado com a norma do n.º 2 do artigo 137.º do CPC, aplicável com as necessárias adaptações *ex vi* do artigo 1.º da Lei do Amparo.

b) *A petição não obedeça aos requisitos estabelecidos nos artigos 7.º e 8.º;*

O presente recurso de amparo foi interposto por meio de um requerimento apresentado na Secretaria do Tribunal Constitucional, tendo sido identificado expressamente, pelo recorrente, como amparo constitucional, cumprindo assim a verificação do requisito previsto no artigo 7.º da Lei do Amparo.

Conforme o artigo 8.º da lei do amparo:

1. Na petição o recorrente deverá:

a) *identificar a entidade ou agente autor da omissão que terá lesado o seu direito fundamental;*

b) *Identificar com precisão a omissão que, na sua opinião, violou o seu direito fundamental;*

c) *Identificar com clareza o direito que julga ter sido violado, com expressa menção das normas ou princípios jurídico-constitucionais que entende terem sido violados;*

d) *Expor resumidamente as razões de facto que fundamentam a petição;*

e) *Formular conclusões, nas quais resumirá, por artigos, os fundamentos de facto e de direito que justificam a petição;*

2. A petição terminará com o pedido de amparo constitucional no qual se identificará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos ou garantias fundamentais violados.

Examinados os autos, verifica-se que o recorrente atribuiu à Seção Criminal do Supremo Tribunal de Justiça a responsabilidade pela violação dos seus direitos fundamentais, por ter indeferido a providência de *habeas corpus* n.º 81/2019, com base na seguinte fundamentação:

*“O arguido requerente, no caso em apreço, alega o excesso de prazo da prisão preventiva, fundamentando o seu pedido na alª d) do art.º 18º CPP, por não ter sido notificado da decisão da segunda instância dentro dos vinte meses previstos no art.º 279º nº 1alª d), CPP.*

*Conforme tem reiteradamente decidido este Supremo Tribunal<sup>1</sup> "importa clarificar que os únicos fundamentos definidos na lei para a providência de habeas corpus são os constantes do art.º 18º do Código de Processo Penal, neles não figurando a falta, a ausência" ou ainda a incorreta notificação, in casu do acórdão que julgou o recurso interposto pelo arguido.*

*"Assim, na presente providência a questão a decidir é unicamente a de saber se ocorre o alegado excesso do prazo de prisão preventiva previsto no art.º 279º nº 1alínea d) do Código de Processo Penal, passível de integrar o fundamento previsto na alínea d) do art 18º.*

*Nos termos do estatuído naquele dispositivo legal, a prisão preventiva extinguir-se-á quando, desde o seu início, tiverem decorrido vinte meses sem que tenha havido condenação em segunda instância. ". No caso, esse prazo terminaria em 13 de dezembro de 2019, e, antes do término desse prazo, o TRS decidiu o recurso através do acórdão 139/2019, de 29 de novembro de 2019.*

*Assim, considerando a data da detenção do arguido e a da condenação em segunda instância acima referida, se conclui pela inexistência da invocada ilegalidade da prisão, por não se verificar qualquer excesso de prazo. Estando o arguido preso por*

---

<sup>1</sup> Acórdãos 9/2019, de 8/2; 80/2019, de 27/12; 90/16, de 16/12; 29/2019, de 22/3; 45/2019, de 25/8;

*facto que a lei admite e no local autorizados por lei e à ordem de entidade competente, a presente petição de Habeas Corpus é manifestamente infundada, pelo que o requerente deve ser condenado em conformidade com a previsão constante do art.º 22.º do CPP.*

*Assim, pelo exposto, acordam os Juízes do Supremo Tribunal de Justiça, em indeferir o pedido de Habeas Corpus formulado pelo arguido **Pedro Heleno Carvalho Vaz**, por manifesta falta de fundamento, e condenar o requerente na multa fixada em 20.000 (vinte mil escudos).”.*

Para o impugnante, o indeferimento da providência de *habeas corpus* com base na fundamentação acima transcrita legitimou a omissão de notificação pessoal do acórdão do Tribunal da Relação de Sotavento no prazo de vinte meses previsto na alínea d) do n.º 1 do artigo 279.º do CPP, o que viola o seu direito à liberdade sobre o corpo, a garantia da presunção de inocência e o direito a um processo justo e equitativo previstos pelos artigos 29.º, 30.º, 31.º e 35.º 22.º, todos da Constituição da República.

A fundamentação do presente recurso traduz-se na apresentação resumida das razões de facto e de direito que sustentam a petição, bem como na formulação de conclusões, nas quais se encontram enumeradas os fundamentos de facto e de direito que justificam a petição.

O recorrente pede que lhe sejam concedidos os amparos que se traduzem na restituição da sua liberdade mediante aplicação de medida provisória e na revogação do Acórdão n.º 81/2019, de 30 de dezembro, do Egrégio Supremo Tribunal de Justiça.

Os requisitos formais previstos pelo artigo 8.º da Lei do Amparo têm sido avaliados sempre de forma compatível ao direito fundamental ao amparo e, no que diz respeito aos requisitos de fundamentação, o Tribunal tem afirmado que mais importante que o rigor formal é a inteligibilidade do que se expõe e se requer. Considera-se, pois, que a fundamentação cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 8.º da Lei do Amparo.



c) *O requerente não tiver legitimidade para recorrer;*

Adotando o conceito de legitimidade ativa recortado pelo n.º 1 do artigo 25.º do Código de Processo Civil, conjugado com o disposto no n.º 1 do artigo 4.º da Lei de Amparo, segundo o qual “tem legitimidade quem tiver interesse direto em demandar”, não se pode negar ao recorrente, legitimidade para interpor recurso de amparo contra uma decisão que alegadamente violou os seus direitos à liberdade, à ampla defesa, ao recurso, à presunção de inocência e a um processo justo e equitativo.

d) *Não tiverem sido esgotadas, ainda, todas as vias de recurso;*

Conforme jurisprudência firme desta Corte a exigência do esgotamento de todos os meios legais de defesa dos direitos, liberdades e garantias e todas as vias de recurso ordinário estabelecidas pela respetiva lei do processo decorre da natureza excecional e subsidiária desse meio especial de proteção de direitos fundamentais amparáveis.

Assim, o recorrente tem o ónus de demonstrar que a violação dos seus direitos fundamentais amparáveis não encontrou reparação no sistema de garantias ordinárias, como, aliás, resulta claramente do disposto no artigo 6.º da Lei do Amparo:

*“O recurso de amparo só poderá ser interposto depois de terem sido esgotados todos os meios legais de defesa dos direitos, liberdades e garantias e todas as vias de recurso ordinário estabelecidas pela respetiva lei do processo.”*

A partir do Acórdão n.º 11/17, de 22 de junho, o Tribunal Constitucional começou a escrutinar especificadamente os requisitos previstos na alínea c) do artigo 3.º da Lei do Amparo. Veja-se, nesse sentido, o Acórdão n.º 13/2017, de 20 de julho, publicado na I Série do *Boletim oficial* n.º 47, de 08 de agosto de 2017, no âmbito do qual se firmou o entendimento de que sempre que possível é de se exigir que o recorrente demonstre ter invocado perante a instância recorrida a violação do direito alegadamente violado em termos perçetíveis, que tenha requerido a sua reparação e que a violação não tenha sido reparada.

O esgotamento das vias de recurso ordinário como condição *sine qua non* para admissibilidade do recurso de amparo não é uma fórmula vazia ou uma mera formalidade.

Trata-se de uma exigência com efeito real sobre o sistema de proteção de direitos fundamentais. Portanto, antes de se recorrer para o Tribunal Constitucional, existem outros órgãos competentes para apreciar e eventualmente conceder a devida proteção aos titulares desses direitos.

É, pois, chegado o momento de verificar se os recorrentes esgotaram as vias de recurso ordinário.

Tendo invocado expressamente a reparação da alegada violação dos direitos à liberdade sobre o corpo, à ampla defesa, ao recurso, à presunção de inocência e a um processo justo e equitativo, o pedido sido recusado pelo Acórdão recorrido proferido pela mais alta instância judicial da ordem comum, sem hipótese de interposição de qualquer outro recurso ordinário, consideram-se esgotadas as vias de recurso ordinário.

*e) Manifestamente não está em causa a violação de direitos, liberdades e garantias fundamentais, constitucionalmente reconhecidos como suscetíveis de amparo;*

A causa da inadmissibilidade do recurso prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 16.º da Lei do Amparo, ao utilizar o advérbio manifestamente, exige que se tenha certeza quanto à inexistência da fundamentalidade do direito alegadamente violado, ou ausência de conexão entre esse direito e os factos concretos alegados no recurso ou ainda a certeza quanto à inviabilidade de concessão do amparo.

O recorrente alega que foram violados os seus direitos à liberdade sobre o corpo, a garantia da presunção de inocência e o direito a um processo justo e equitativo, o direito à ampla defesa e ao recurso, tendo invocado expressamente as normas onde se encontram alojados esses direitos constitucionais: 29º, 30º, 31º/4 e 35.º/1, 22º, todos da Constituição da República.

A fundamentalidade do direito à liberdade sobre o corpo e a garantia que se traduz na presunção de inocência é evidente. Desde logo, pela sua inserção sistemática na Lei Magna, na Parte II, Título II, sobre “Direitos, Liberdade, Garantias” e, Capítulo I, sobre Direitos, Liberdades e Garantias Individuais, aos quais se aplicam os princípios enunciados no Título I.

No que diz respeito à conexão entre os factos concretos alegados na petição de recurso e o direito e a garantia mencionados no parágrafo antecedente, ainda não se pode afirmar, com o grau de certeza que se exige para a formação da convicção do Tribunal, que manifestamente não exista tal conexão, sem prejuízo de se o poder desenvolver um pouco mais quando o Tribunal, mais adiante, apreciar os pressupostos para a adoção de medidas provisórias.

No que concerne à certeza quanto à inviabilidade de concessão do amparo requerido, ainda é relativamente cedo para se fazer um juízo de certeza quanto à manifesta inexistência desse requisito.

Pelo que a decisão definitiva sobre este requisito será tomada na fase seguinte em que se aprecia o mérito do recurso.

Em relação ao direito a um processo justo e equitativo previsto no artigo 22.º da Constituição da República de Cabo Verde, é evidente que esse direito fundamental não foi violado pelo acórdão recorrido.

o Tribunal Constitucional já tem uma posição firme sobre a sua natureza e conteúdo. Basta atentar às passagens do Acórdão n.º 18/2018, de 07 de junho, publicado na I Série, n.º 65, do *Boletim Oficial* de 19 de outubro de 2018, que se passa a transcrever:

*“[...] alega-se ainda a violação do direito a um processo equitativo previsto no n.º 1 do artigo 22.º da CRCV, pelo facto do Tribunal a quo ter negado provimento ao seu recurso. (...). O direito à tutela jurisdicional mediante processo justo e equitativo vem consagrado no título I referente aos princípios gerais do sistema cabo-verdiano de direitos fundamentais. O direito de acesso à justiça comporta natureza híbrida de princípio e cont[ém] várias posições jurídicas subjetivas processuais. O acesso à justiça, na sua dimensão de direito a processo equitativo, pressupõe, nomeadamente, o direito à prova, isto é, a faculdade de apresentação de provas destinadas a auxiliar o julgador na formação da sua convicção sobre a verificação ou não de factos alegados em juízo. O processo equitativo orienta-se para [a] justiça material, visando a tutela efetiva dos direitos, designadamente pela prevalência da decisão de fundo sobre a mera decisão de forma, sempre no estrito respeito pelos princípios e regras constitucionais e legais. Parece que o direito a processo equitativo não implica ter direito ao provimento do recurso...”*

Em relação ao mesmo direito, este Tribunal já tinha assentado, através do Acórdão nº 15/2017, de 28 de julho de 2017, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, nº 35, 6 de junho de 2018, pp. 844-856, que se trata de um direito, liberdade e garantia ao considerar que “*é claro que, pela localização sistemática fora do título relativo aos direitos, liberdades e garantias e textura indicadora de direito que se realiza com prestações públicas, poderia discutir-se se o mencionado direito de acesso aos tribunais mediante processo equitativo, é um direito, liberdade e garantia que pode usufruir do regime de proteção que é constitucionalmente reservado para este tipo de direito. Contudo, no geral, o Tribunal já tinha ultrapassado esta questão ao considerar em julgados anteriores que se trata de direito, liberdade e garantia especial sem embargo do que se apontou porque histórica e estruturalmente, a capacidade de proteção de direitos e interesses legítimos é considerada inerente ao ser humano sem a qual, aliás, a preservação dos demais direitos seria colocada em séria situação de debilitação*” (Maria de Lurdes v. STJ, (...)).”

No que se refere ao seu conteúdo, o Coletivo desta Corte firmou o entendimento de que “*o direito a um processo equitativo associa-se à efetividade dos meios de defesa dos direitos, com uma projeção concreta sobre o assunto que nos ocupa, ou seja, o tempo reservado para a mesma, além de outras dimensões como a da igualdade de armas, a do reconhecimento da prerrogativa de exercer o contraditório, bem como a da obtenção de uma decisão devidamente fundamentada por órgãos judiciais composto[s] por juízes imparciais*”.

Não há, pois, nos autos qualquer sinal de que o processo de que emerge o presente recurso de amparo não tenha sido justo ou equitativo. O mesmo se pode dizer em relação aos direitos à ampla defesa e ao recurso, porquanto nada nos autos indiciam que lhe tenha sido subtraída qualquer possibilidade de exercer o contraditório, nem tão-pouco que não tenha podido impugnar qualquer decisão que tenha sido proferida contra si. Pelo contrário, requereu a providência de *habeas corpus* e inconformado com o indeferimento interpôs o presente recurso de amparo. No que diz respeito ao Acórdão n.º 129/2019, de 29 de novembro, recorreu para o Supremo Tribunal de Justiça, mas não foi admitido por falta de interesse em agir, como se pode ver pela clareza do despacho proferida por uma Juíza Desembargadora do Tribunal da Relação de Sotavento cuja cópia se encontra entranhada a fls. 18 dos presentes autos.

Pelo exposto, é de se excluir o escrutínio relativamente a esses direitos, ficando o objeto do presente recurso restrito à alegada violação do direito à liberdade sobre o corpo e à presunção de inocência.

*f) O Tribunal tiver rejeitado, por decisão transitada em julgado, um recurso com objeto substancialmente igual.*

O Tribunal Constitucional não rejeitou, por decisão transitada em julgado, um recurso com objeto substancialmente idêntico ao dos presentes autos.

### **III - Medidas Provisórias**

1. O recorrente requer como medida provisória que seja ordenada a sua soltura imediata, para desse modo se restabelecer o exercício dos direitos, liberdades e garantias violados enquanto aguarda a decisão sobre o mérito do presente recurso de amparo.

2. Conforme jurisprudência firme desta Corte, designadamente, o Acórdão n.º 1/2019, de 10 de janeiro, publicado no Boletim oficial I Série, n.º 11, de 31 de janeiro, o Acórdão n.º 6/2019, de 8 de fevereiro, e o Acórdão n.º 9/2019, de 28 de fevereiro, disponível no site do Tribunal Constitucional, são os seguintes os pressupostos para que se possa adotar medidas provisórias no âmbito do Recurso de Amparo:

*2.1. Competência: considerando o disposto nas disposições conjugadas do artigo 134.º da Lei de Organização do Tribunal e do n.º 1 dos artigos 11º e 14º da Lei do Amparo, ao estipularem que os pedidos de decretação de medidas provisórias são decididos pelo Tribunal Constitucional, não se suscita qualquer dúvida quanto à competência desta Corte para conhecer e decidir sobre esse incidente.*

*2.2. Legitimidade: não há dúvida de que ninguém mais do que um recorrente em amparo por alegada violação de direito, liberdade e garantia tem interesse em agir, tendo a lei estendido a legitimidade para esse efeito ao Ministério Público, além de o próprio Tribunal o poder decretar oficiosamente.*

*2.3. Tempestividade: esse pressuposto está relacionado com o momento desde quando e até quando se pode solicitar a adoção urgente de uma medida provisória no âmbito de um recurso de amparo. A solução afigura-se-nos simples, porquanto, nos termos do artigo*

11.º, n.º 1, da Lei do Amparo, o pedido pode ser formulado na mesma peça da interposição do recurso e até ao despacho que designa o dia para o julgamento, conforme o n.º 2 do artigo 15.º do referido diploma legal. No caso vertente, tendo o pedido para a adoção urgente de medida provisória sido apresentado ao mesmo tempo e na mesma peça em que se requereu o amparo, é cristalino que não se suscita qualquer questão atinente à tempestividade.

3. O *periculum in mora* previsto na alínea a) do n.º 1 dos artigos 11.º e 14.º, ao qual se tem acrescentado a versão limitada do *fumus boni juris* a partir do critério da viabilidade, constitui mais um pressuposto a se ter em conta na apreciação do incidente em apreço.

3.1. Esse pressuposto, que decorre da alínea a) do artigo 11º, segundo, a qual reconhece uma das bases clássicas de decretação de medidas provisórias, o chamado *periculum in mora*, se verifica quando fundamentadamente a demora da decisão final possa provocar prejuízo irreparável ou de difícil reparação ou a própria inutilidade do amparo requerido. Note-se que para o legislador, o instituto, em sede de amparo pelo menos, não se associa exclusivamente à preservação da utilidade e eficácia da decisão judicial (“a própria inutilidade do amparo requerido”), mas igualmente ao efeito de irreparabilidade ou de difícil irreparabilidade que se gera sobre o direito afetado (“prejuízo irreparável ou de difícil reparação para o recorrente”), o que resulta claro da utilização da palavra “ou” para conectar um e o outro.

3.2. O outro pressuposto previsto na alínea b) do artigo 11º - *razões ponderosas justificarem a necessidade da imediata adoção de medidas provisórias julgadas necessárias para a conservação dos direitos, liberdades ou garantias violados ou para o restabelecimento do seu exercício até ao julgamento do recurso* - concede ao Tribunal uma grande discricionariedade decisória e isso permite reduzir a amplitude da aparente automaticidade que decorreria da verificação do pressuposto previsto na alínea a).

Todavia, essa discricionariedade é ela também condicionada por uma série de fatores que devem ser criteriosamente analisados e aplicados em cada caso.

A par dos critérios já estabelecidos em *Atlantic v. PGR*, importa recuperar outros que foram aplicados no caso *Aldina Ferreira Soares v. STJ*, nomeadamente, a identificação e valoração do direito em espécie afetado, a determinação da forte probabilidade de ele ter

*sido violado no caso concreto, nomeadamente em razão da existência de precedentes do Tribunal que sejam aplicáveis à situação e que permitam antecipar (embora não assegurar) de alguma forma o desfecho do pedido de amparo; expectativa temporal em relação à decisão de mérito; os efeitos negativos sobre interesses públicos que no caso sejam prevalentes e de direitos de terceiros; as circunstâncias pessoais do requerente, nomeadamente familiares e profissionais e o impacto imediato da conduta lesiva sobre o direito.”*

3.3. Assim, na situação em apreço, existem certas circunstâncias que não devem ser ignoradas, desde logo a própria natureza do direito em causa, a liberdade sobre o corpo, que é direito que nos termos da Lei Fundamental merece posição sistemática e proteção especiais, por ser um dos direitos mais inerentes à pessoa humana.

Representando essa ideia a sua associação à palavra inviolabilidade que aparece no número 1 do artigo 29.º da Lei Básica, referência simbólica da importância que lhe atribuiu o legislador constituinte no quadro do nosso Estado de Direito Democrático, ainda que disso não retire um efeito de ilimitabilidade; nas presentes circunstâncias significa que já se está perante uma razão que pende favoravelmente para favorecer a adoção da medida provisória requerida.

*“Acresce que o Tribunal já havia decidido decretar medida provisória, num caso (Atlantic v. PGR) em que se absteve de fazer uma análise mais aprofundada para a verificação da probabilidade de existência do direito, contentando-se com a sua viabilidade e, em que estava em presença um direito, liberdade e garantia (direito à propriedade privada e algumas liberdades associadas), importante, mas muito menos essencial do que a liberdade sobre o corpo.”*

3.4. Além disso, a forte probabilidade de existência do direito é uma outra circunstância que deve ser considerada.

É certo que Tribunal Constitucional não considera que a aplicação da medida provisória tenha como pressuposto a possibilidade séria da existência da violação do direito, mas não deixa de ser uma razão ponderosa a beneficiar o pedido de decretação da medida.

No momento em que o Tribunal Constitucional aprecia o pedido de adoção de medida provisória não pode ir além de uma *summaria cognitio*. Devido ao caráter urgente das

medidas provisórias, o que a Corte Constitucional faz é verificar se, além dos pressupostos gerais, se verifica uma forte probabilidade da alegada violação de um direito fundamental ter ocorrido.

E no caso em apreço essa forte probabilidade depende da razoabilidade do sentido que o Tribunal *a quo* tem vindo a atribuir às normas que regulam o prazo máximo para a extinção da prisão preventiva, nomeadamente o disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 279.º do Código de processo Penal, segundo o qual “*a prisão preventiva extinguir-se-á quando, desde o seu início, tiverem decorrido vinte meses sem que tenha havido condenação em segunda instância.*”

Da fundamentação vertida para o acórdão recorrido conclui-se que o Supremo Tribunal de Justiça aplicou a sua jurisprudência, reafirmando que o que releva para o efeito da extinção da prisão preventiva é a data da prática do ato processual que encerra cada fase processual e não a data da sua notificação ao arguido ou ao seu defensor, como se pode ver pela transcrição do extrato que se segue:

*"No caso, esse prazo terminaria em 13 de dezembro de 2019, e, antes do término desse prazo, o TRS decidiu o recurso através do acórdão 139/2019, de 29 de novembro de 2019.*

*Assim, considerando a data da detenção do arguido e a da condenação em segunda instância acima referida, se conclui pela inexistência da invocada ilegalidade da prisão, por não se verificar qualquer excesso de prazo. Estando o arguido preso por facto que a lei admite e no local autorizados por lei e à ordem de entidade competente, a presente petição de Habeas Corpus é manifestamente infundada, pelo que o requerente deve ser condenado em conformidade com a previsão constante do art.º 22.º do CPP."*

Por conseguinte, não se pode dar por verificada a forte probabilidade de terem sido violados os direitos fundamentais invocados pelo recorrente, porque não é líquido que a interpretação dada pela Egrégia Suprema Corte da jurisdição comum seja desrazoável.

Além disso, da análise perfunctória que se pode fazer neste momento, há também a possibilidade de o arguido já não estar em prisão preventiva, mas em cumprimento da pena de prisão confirmada pelo Acórdão n.º 129/2019, de 29 de novembro, de que foi notificado no dia 18 de dezembro de 2019 e do qual interpôs recurso para o Supremo



Tribunal de Justiça, entretanto, rejeitado por falta de interesse em agir, como se pode ver pela clareza do despacho proferido por uma Juíza Desembargadora do Tribunal da Relação de Sotavento cuja cópia se encontra entranhada a fls. 18 dos presentes autos.

Portanto, se não é certa a inviabilidade do pedido, na medida em que subsiste alguma dúvida sobre a legalidade da sua manutenção em prisão preventiva entre os dias 13 e 18 de dezembro de 2019, pelo que se vota no sentido de se o admitir, a inexistência da possibilidade da forte probabilidade de a interpretação adotada pelo Tribunal *a quo* ter violado os direitos invocados; a possibilidade de o arguido já não estar em prisão preventiva, mas em cumprimento da pena de prisão confirmada pelo Acórdão n.º 129/2019, de 29 de novembro, o qual terá transitado em julgado, ao que se acresce o facto de o Tribunal ainda não ter jurisprudência que lhe indique que orientação pode seguir em casos do tipo, não permitem que se adote qualquer medida provisória antes que o recurso seja apreciado no mérito.

3.5. Apesar da notória intenção do legislador constituinte e ordinário em imprimir uma especial celeridade à tramitação do recurso de amparo, que se traduz no dever de o recurso de amparo ser requerido em simples petição, o seu processamento ser baseado no princípio da sumariedade, a realidade tem demonstrado que nem sempre tem sido possível decidir as questões de fundo num prazo tão célere.

Portanto, o risco de, em certos casos, a demora na obtenção de uma decisão final poder comportar prejuízo irreparável ou de difícil reparação ou a própria inutilidade do amparo é real. O Tribunal tem afirmado que se compreende o receio de a demora na conclusão do processo poder acarretar eventual prejuízo para os requerentes da medida provisória, mas também tem vindo a chamar atenção para a necessidade da relativização desse risco em função da presença ou inexistência, como no caso em apreço, de forte probabilidade da ocorrência da violação do direito invocado.

3.6. No que tange a outras circunstâncias exteriores que possam agravar o prejuízo decorrente da privação da liberdade sobre o corpo, o peticionário nada alega.

4. Nestes termos, considera-se que não se verificam vários fatores determinantes de ponderação com vista à adoção da medida provisória requerida, nomeadamente, a forte probabilidade de o direito à liberdade sobre o corpo e a garantia da presunção de inocência

terem sido violados pelo acórdão recorrido, falecendo, por conseguinte, os pressupostos previstos na alínea b) do artigo 11º da Lei do Amparo, que se traduz em *razões ponderosas que justifiquem a necessidade da imediata adoção de medidas provisórias julgadas necessárias para a conservação dos direitos, liberdades ou garantias violados ou para o restabelecimento do seu exercício até ao julgamento do recurso.*

#### **IV - Decisão**

Pelo exposto, os Juízes do Tribunal Constitucional, reunidos em Plenário, decidem:

- a) Admitir o presente recurso de amparo restrito ao direito à liberdade sobre o corpo e à presunção de inocência;
- b) Indeferir o pedido de decretação de medida provisória.

Registe, notifique e publique.

Praia, 06 de março de 2020

*João Pinto Semedo* (Relator)  
*Aristides Raimundo Lima*  
*José Pina Delgado*

#### **ESTÁ CONFORME**

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, na Praia, aos 12 de março de 2020.

O Secretário,

*João Borges*